



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

453  
OK

**4ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 342010-2

AGRAVANTE: Noronha Motor Ltda

AGRAVADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR SUBSTITUTO: JUIZ MÁRCIO AGUIAR

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. Considerando que o dia da ciência ocorreu na terça-feira (27/05), o prazo iniciou-se na quarta-feira (28/05), encerrando-se, assim, em 06/06/2014. Informação, inclusive, constante da certidão cartorária anexada pelo próprio agravante.

2. Caberia ao patrono da parte verificar a regularidade das informações contidas nos documentos acostados, antes da propositura do agravo de instrumento.

3. Flagrante a intempestividade do presente recurso, já que aparelhado a destempo, em desrespeito ao enunciado do art. 522 do CPC, que estabelece o prazo de 10 (dez) dias para a interposição do agravo de instrumento.

4. Recurso intempestivo é recurso inadmissível, pois lhe falta um dos pressupostos de admissibilidade recursal, *in casu*, referente à sua regularidade formal.

5. A matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o recorrente em suas razões, elemento apto modificar o posicionamento adotado por essa Relatoria.

6. Recurso improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo n.º 342010-2, em que figuram como recorrente, a Noronha Motor Ltda e recorrida, Banco Bradesco S/A. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão impugnada. Tudo conforme a ementa, e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 25.09.14

Márcio Aguiar

Juiz Márcio Aguiar  
Relator substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

459  
HL

**4ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 342010-2

AGRAVANTE: Noronha Motor Ltda

AGRAVADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR SUBSTITUTO: JUIZ MÁRCIO AGUIAR

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Recurso de Agravo Legal interposto por Noronha Motor Ltda de Decisão Terminativa de fls. 407/408, que verificando que o recurso estava intempestivo, apresentando irregularidade formal, negou-lhe seguimento (art. 557, caput, do Código de Processo Civil).

Da aludida decisão foram interpostos Embargos de Declaração (fl. 417/424), os quais foram rejeitados, através da decisão de fls. 430/432.

Nas razões do recurso de agravo, aduz a agravante, em síntese, que a decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônica, no dia 27/05/2014 (fls. 409), reporta-se à decisão proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão n.º 0000095-36.2002.8.17.0220, ao paço em que estão a perseguir crédito em fase de cumprimento de sentença, tratando-se, assim, de processo diverso.

Salienta que a decisão objeto deste agravo de instrumento foi proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão n.º 000091-96.2002.8.17.0220, também promovida pela ora agravante contra a Noronha Motor Ltda.

Esclarece a agravante que a decisão agravada foi publicada do DJE em 02.06.2014, sendo o prazo final para o presente recurso, o dia 12.06.2014, dispensando, inclusive certidão de intimação (Sum. 03 do TJPE).

Pretende que essa relatoria exerça o juízo de retratação, dando provimento ao Agravo, para conhecer do Agravo de Instrumento. Ao tempo, pede a apreciação pelo órgão colegiado, para dar-lhe provimento.

É o relatório

**VOTO:**

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

**DECISÃO TERMINATIVA:**

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Noronha Motor Ltda, em face de interlocutória exarada pela MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde, que, nos autos de Ação de Busca e

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

460  
e

Apreensão ajuizada por Banco Bradesco S/A, não acolheu os Embargos de Declaração interpostos, diante da inexistência do vício apontado (fls. 394/395).

Ocorre que em aferição da tempestividade, verifica-se que a decisão foi publicada no DJE nº 97/2014, em 27/05/2014 (fl. 25), tendo o prazo da agravante iniciado em 28/05/2014, conforme pode ser confirmado através da certidão de fl. 29.

Considerando que o dia da ciência ocorreu na terça-feira (27/05), o prazo iniciou-se na quarta-feira (28/05), encerrando-se, assim, em 06/06/2014. Sucede que o presente Agravo de Instrumento foi interposto em 10/06/2014, ou seja, quando já ultrapassado o prazo legal.

Em assim sendo, é flagrante a intempestividade do presente recurso, já que aparelhado somente em 10/06/2014, portanto, a destempo, em desrespeito ao enunciado do art. 522 do CPC, que estabelece o prazo de 10 (dez) dias para a interposição do agravo de instrumento.

Ora, é sabido, que recurso intempestivo é recurso inadmissível, pois lhe falta um dos pressupostos de admissibilidade recursal, *in casu*, de caráter objetivo.

Em nota ao art. 557 do Digesto Instrumental, que permite ao relator negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, Theotônio Negrão esclarece que esse se trata do "recurso deficientemente instruído, fora de prazo ou incabível" ("Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor", 28ª ed., pg.449). (grifo nosso)

Assim, visto que a matéria em questão se refere à regularidade formal do recurso, sendo, por isso, de ordem pública, compete ao relator, na função de juiz preparador do recurso, *ex officio* e a qualquer momento, verificar se estão presentes os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal. É o caso dos autos.

Posto isso, diante da manifesta intempestividade do recurso interposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com amparo nos termos do art. 557 do C.P.C c/c o art. 74, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal.

Comunique-se ao juiz da causa.

Cumpra-se. Publique-se.

Recife, 10 de julho de 2014.

Juiz Márcio Aguiar

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

461  
B

**Relator substituto**

Pois bem.

Da leitura das razões do Agravo de Instrumento (fl. 02/27) constata-se que a decisão apontada como atacada, constante às fls. 394/395, em sede de aclaratórios afastou a existência de omissão e manteve decisão anteriormente proferida que determinou à executada providenciasse o pagamento consoante cálculos de fl. 292 (fl. 294).

As referidas decisões foram proferidas na Ação de Busca e Apreensão (Proc. Nº000091-96.2002.8.17.0220), que consoante alega, se encontra em fase de cumprimento de sentença (cópia integral dos autos).

Ao instrumentalizar o Agravo de Instrumento, a agravante colaciona "Certidão" cartorária indicando que se operou a intimação das partes, da decisão interlocutória de fls. 316/317, iniciando-se o prazo para recurso em 28.05.2014".

Decisão essa exatamente a de fls. 394/395, de rejeição dos Embargos de Declaração, apontada como agravada.

Em consulta no DJE, verifica-se que a decisão agravada foi publicada no DJE nº 97/2014, de 27.05.2014, iniciando-se o prazo em 28.05.2014, de fato, consoante certidão. Segue abaixo texto extraído do DJE:

Processo nº: 0000095-36.2002.8.17.0220

Classe: Cautelar Inominada

Expediente nº: 2014.0545.003465

Partes: Autor Banco Bradesco S/A

Advogado Virginia Maria Fernandes Alves

Advogado Maria Lucila Gomes

Réu Noronha Motor Ltda.

Advogado João Vita Fragoso de Medeiros

Advogado Otavio Brito de Albuquerque Cavalcanti Neto

Advogado Saulo Lins Bezeira

Advogado ANA DOLORES SOARES DE ANDRADE

Ilmo(a). Sr(a).:

Advogada OAB-PE0555 - Maria Lucila Gomes

Advogado OAB-PE012058 - João Vita Fragoso de Medeiros

Através da presente, fica V.Sa. "Intimado", para o fim de ciência de despacho de fls., conforme nos autos: Pelo exposto, tendo em vista os preceitos legais atinentes à espécie, conheço o presente recurso, ante ter sido interposto no prazo e forma legal, para no mérito, os desacolher face a inexistência do vício apontado, bem como, o nítido propósito de rediscussão do mérito da decisão ora embargada, o qual deve ser perquirido através de remédio processual adequado.

mf

Como se vê, embora a publicação tenha apontado o número de uma Ação Cautelar distinto da busca e apreensão, os patronos tomaram pleno conhecimento dela, não suscitaram qualquer nulidade, e por fim, interpuseram o Agravo de Instrumento.

E para demonstrarem a tempestividade do agravo de instrumento, acostaram a mencionada certidão cartorária de fl. 29.

Por seu turno, a decisão agravada com o número da ação de busca e apreensão indica corretamente o número do processo, e foi proferida em 24.04.2014, não tendo a menor



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

462  
R

possibilidade de o Relator constatar a tempestividade do recurso interposto em 10.06.14, ou que a dita certidão não diz respeito a essa decisão agravada.

Se houve qualquer informação equivocada na certidão, que deveria ter certificado a publicação que diz ter saído no dia 02.06.14, caberia ao patrono da parte verificá-la e providenciar a retificação, antes da propositura do agravo de instrumento. Não é possível, nesse momento, precluindo seu direito de fazer outras provas nos autos.

Desta feita, diante das informações postas nos autos, trazidas pelo próprio agravante, é que a decisão de intempestividade foi proferida, não havendo o que reconsiderar.

A bem da verdade, tenta a agravante confundir essa Relatoria, no alcance de ver o seu recurso conhecido.

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o recorrente em suas razões, elemento apto modificar o posicionamento adotado por essa Relatoria.

Isto posto, o meu voto é improvendo o presente recurso, em ordem de manter incólume a decisão agravada.

É como voto.

Recife,

25.09.14

Márcio Aguiar

Juiz Márcio Aguiar  
Relator substituto